Entre hidrelétrica, memória e resistência: impactos na trajetória territorial de povos indígenas no baixo Tocantins

***Emanuele da Conceição Garcia [1];**
Tereza Tayná Coutinho Lopes[2];

RESUMO

O presente estudo analisa os efeitos sociopolíticos e territoriais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí sobre os povos indígenas do Baixo Tocantis, especificamente as etnias Asurini do Trocará, Parakanã e Gavião Akrãtikatêjê. A pesquisa parte da compreensão de que grandes obras de infraestrutura alteram profundamente as dinâmicas territoriais, modos de vida e formas de organização comunitária de povos tradicionais. A construção da UHE de Tucuruí não apenas deslocou povos indígenas, mas rompeu vínculos profundos com territórios ancestrais, cuja continuidade é central para a identidade, a memória e própria existência coletiva desses povos. Para as populações Asurini, Parakanã e Gavião Akrãtikatêjê, o território não é um espaço meramente físico, mas um elemento estruturante das relações cosmológicas, das práticas culturais e da transmissão intergeracional de saberes. A mudança forçada para outras áreas configura, portanto, uma forma de violência direta, ao desarticular modos de vida que dependem do território de origem. Essa dinâmica foi agravada pela lógica capitalista que orientou grandes projetos amazônicos da segunda metade do século XX, especialmente o Projeto Grande Carajás, no qual a UHE Tucuruí foi planejada e executada, priorizando metas energéticas e produtivas em detrimento dos direitos territoriais e da continuidade cultural dos povos originários. O referencial teórico estrutura-se na noção de colonialidade do poder, conforme formulada por Aníbal Quijano (2005), o que permite posicionar a hidrelétrica como um componente estratégico do projeto moderno-colonial de reorganização territorial e hierárquica em função do desenvolvimento econômico. Adicionalmente, utiliza-se o aporte de Michael Pollak (1989) sobre memória coletiva e memória oficial para examinar as disputas narrativas que orbitaram a construção da barragem e a consequente legitimação dos seus impactos socioambientais. Metodologicamente, desenvolve-se uma análise documental do jornal Mensageiro entre 1974 e a década de 1980, examinando representações, discursos e silenciamentos acerca da construção da barragem e de seus efeitos sobre populações indígenas. O material será confrontado com bibliografia especializada sobre deslocamentos forçados, políticas desenvolvimentistas e territorialidades indígenas na Amazônia. Como resultados esperados, busca-se identificar padrões discursivos que minimizaram ou omitiram os impactos da hidrelétrica, além de evidenciar estratégias de resistência e reconstrução territorial adotadas pelos povos afetados. A pesquisa pretende contribuir para o debate sobre memória, justiça histórica e os efeitos duradouros de megaprojetos sobre populações originárias.

Palavras-chave: Povos indígenas; Hidrelétrica; Memória; Resistência; Amazônia.

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA – Campus Tucuruí) – Discente da Especialização em Linguagem, Cultura e Educação na Amazônia; E-mail: emanuele.c.garcia@gmail.com
[2] Doutora em Letras; Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA – Campus Tucuruí); E-mail: tereza.lopes@ifpa.edu.br